



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**JOÃO CARLOS ARAUJO BRASILEIRO**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO DE  
UMA EMPRESA ACUSADA DE ESQUEMA DE PIRÂMIDE FINANCEIRA NA  
PARAÍBA**

**CAMPINA GRANDE  
2023**

JOÃO CARLOS ARAUJO BRASILEIRO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO DE  
UMA EMPRESA ACUSADA DE ESQUEMA DE PIRÂMIDE FINANCEIRA NA  
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento do Curso de Ciências  
Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis

**Área de concentração:** Análise das  
Demonstrações Contábeis

**Orientadora:** Profa. Me. Kamilla Alves Barreto.

**CAMPINA GRANDE  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B823a Brasileiro, Joao Carlos Araujo.  
Análise das demonstrações contábeis: um estudo de caso de uma empresa acusada de esquema de pirâmide financeira na Paraíba [manuscrito] / Joao Carlos Araujo Brasileiro. - 2023.  
23 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Kamilla Alves Barreto, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA. "

1. Demonstrações contábeis . 2. Esquema de pirâmide financeira . 3. Transparência financeira . I. Título

21. ed. CDD 657.45

JOÃO CARLOS ARAUJO BRASILEIRO

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO DE  
UMA EMPRESA ACUSADA DE ESQUEMA DE PIRÂMIDE FINANCEIRA NA  
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento do Curso de Ciências  
Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Ciências Contábeis

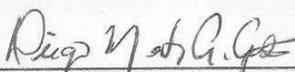
**Área de concentração:** Análise das  
Demonstrações Contábeis

Aprovada em: 19/06/2023.

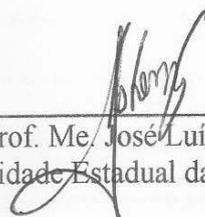
**BANCA EXAMINADORA**



\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Kamilla Alves Barreto (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Diego Mentor Andrade Galvão  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



\_\_\_\_\_  
Prof. Me. José Luis de Souza  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## SUMÁRIO

1.	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
2.	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	7
2.1	<b>Pirâmide financeira e Esquemas Ponzi</b> .....	7
2.2	<b>Características da empresa</b> .....	8
2.3	<b>Demonstrações Contábeis</b> .....	9
2.4	<b>Análise Vertical e Horizontal</b> .....	10
2.4.1	Análise Vertical.....	10
2.4.2	Análise Horizontal.....	10
2.5	<b>Índice de Liquidez</b> .....	10
2.5.1	Índice de Liquidez Geral.....	11
2.5.2	Índice de Liquidez Corrente.....	11
2.5.3	Índice de Liquidez Seca.....	12
2.5.4	Índice de Liquidez Imediata.....	12
3.	<b>METODOLOGIA</b> .....	12
3.1	<b>Tipologia da Pesquisa</b> .....	12
3.1.1	Quanto aos Objetivos.....	12
3.1.2	Quanto aos Procedimentos.....	13
3.1.3	Quanto à Abordagem.....	13
3.1.4	Coleta de Dados.....	13
3.1.5	Quanto a Forma de Análise de Dados.....	13
4.	<b>ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	14
4.1	<b>Verificação da conta Ativo Digitais no Balanço Patrimonial</b> .....	14
4.2	<b>Contas de Compensação</b> .....	14
4.3	<b>Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial</b> .....	15
4.4	<b>Índices de Liquidez</b> .....	19
4.4.1	Índice de Liquidez Geral.....	19
4.4.2	Índice de Liquidez Corrente.....	20
4.4.3	Índice de Liquidez Seca.....	20
4.4.4	Índice de Liquidez Imediata.....	20

5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>20</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>21</b>

## **ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: UM ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA ACUSADA DE ESQUEMA DE PIRÂMIDE FINANCEIRA NA PARAÍBA**

### **ANALYSIS OF FINANCIAL STATEMENTS: A CASE STUDY OF A COMPANY ACCUSED OF A FINANCIAL PYRAMID SCHEME IN PARAÍBA**

João Carlos Araujo Brasileiro

#### **RESUMO**

Este estudo analisa as demonstrações contábeis de uma empresa acusada de esquema de pirâmide financeira na Paraíba, com o objetivo de verificar a situação patrimonial durante o período de 2020 e 2021 e revelar se a empresa tinha capacidade de pagamento dos contratos de aluguel. A pesquisa adota uma abordagem descritiva, com análise quantitativa e qualitativa, utilizando uma metodologia documental. Os resultados revelam a influência da classificação incorreta das contas no balanço patrimonial nos índices de liquidez. Além disso, a empresa tem priorizado investimentos em ativos não circulantes, evidenciando uma estratégia de longo prazo em detrimento de investimentos a curto prazo. A análise dos indicadores revela que a empresa obteve sucesso na conversão de valores disponíveis em investimentos de curto prazo, mas a reclassificação das contas do balanço patrimonial afetou negativamente esses índices, revelando dificuldades na conversão efetiva dos valores disponíveis. Conclui-se que as demonstrações contábeis apresentadas pela empresa são insuficientes em termos de informações e transparência, distorcendo os índices de liquidez e gerando incertezas para os clientes. Este estudo contribui para a compreensão da situação econômica e financeira de empresas envolvidas em esquemas de pirâmide financeira, ressaltando a importância de aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis para garantir transparência e confiabilidade nas informações fornecidas.

**Palavras-chave:** Demonstrações Contábeis. Esquema de pirâmide financeira. Transparência financeira.

#### **ABSTRACT**

This study analyzes the financial statements of a company accused of operating a financial pyramid scheme in Paraíba, with the objective of verifying the financial position during the period of 2020 and 2021 and revealing whether the company had the ability to pay rental contracts. The research adopts a descriptive approach, with both quantitative and qualitative analysis, using a documentary methodology. The results reveal the influence of incorrect classification of accounts in the balance sheet on liquidity ratios. Furthermore, the company has prioritized investments in non-current assets, highlighting a long-term strategy at the expense of short-term investments. The analysis of the indicators reveals that the company was successful in converting available funds into short-term investments, but the reclassification of balance sheet accounts negatively affected these ratios, revealing difficulties in effectively converting the available funds. It is concluded that the financial statements presented by the company are insufficient in terms of information and transparency, distorting liquidity ratios and generating uncertainties for customers. This study contributes to the understanding of the economic and financial situation of companies involved in financial pyramid schemes,

emphasizing the importance of improving the presentation of financial statements to ensure transparency and reliability in the provided information.

**Keywords:** Accounting Demonstrations. Financial Pyramid Scheme. Financial Transparency.

## 1 INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis são ferramentas essenciais para a compreensão da situação econômica e financeira de uma empresa. Elas fornecem informações importantes sobre seus resultados operacionais, posição patrimonial e fluxos de caixa, permitindo uma análise detalhada do desempenho e saúde financeira da organização. No entanto, o cenário empresarial também é marcado por casos de esquemas fraudulentos, como os esquemas de pirâmide financeira, que colocam em risco a confiança dos investidores e a estabilidade do mercado.

Um esquema de pirâmide financeira envolve a captação de recursos de investidores com a promessa de altos retornos financeiros, geralmente baseados em recrutamento de novos investidores, em vez de atividades legítimas de negócios. Esses esquemas exploram a falta de conhecimento financeiro dos investidores e a busca por lucros rápidos, resultando em prejuízos significativos para aqueles envolvidos. Para combater essas práticas fraudulentas, a transparência financeira desempenha um papel crucial.

A transparência financeira refere-se à divulgação clara e precisa das informações financeiras de uma empresa, permitindo que os investidores, reguladores e demais partes interessadas compreendam adequadamente sua situação econômica e financeira. Por meio de demonstrações contábeis transparentes, é possível fornecer uma visão abrangente e confiável das operações, ativos, passivos e resultados da empresa, facilitando a tomada de decisões informadas e promovendo a confiança.

Dessa forma, se levanta o questionamento: **Com a análise das demonstrações contábeis é possível revelar indícios que a empresa não tinha capacidade de pagamento dos contratos de aluguel?**

O objetivo geral deste trabalho é verificar a situação patrimonial da empresa durante o período de 2020 e 2021. E os objetivos específicos são: a) Verificar a classificação das contas patrimoniais, b) realizar as análises horizontal e vertical no balanço patrimonial da empresa, c) calcular e estudar os índices de liquidez.

Diante desse contexto, este estudo se propõe a analisar as demonstrações contábeis de uma empresa acusada de um esquema de pirâmide financeira sediada na Paraíba, com o objetivo de identificar sua situação econômica e financeira. A pesquisa adotará uma abordagem descritiva, utilizando análises quantitativas e qualitativas, além de uma metodologia documental. Os resultados obtidos serão fundamentais para compreender os efeitos da classificação incorreta das contas no balanço patrimonial nos índices de liquidez, bem como a relevância da transparência financeira na prevenção e detecção de esquemas de pirâmide financeira.

Ao explorar esse tema, espera-se contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados pelas empresas envolvidas em esquemas fraudulentos e enfatizar a importância de práticas contábeis transparentes na proteção dos investidores e na manutenção da integridade do mercado financeiro.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Pirâmide financeira e Esquemas Ponzi

Uma pirâmide financeira é um esquema de investimento fraudulento que opera sob a premissa de recrutamento contínuo de novos participantes para sustentar os pagamentos aos investidores anteriores. Para César e Pinho (2014), esse tipo de esquema é baseado em uma estrutura hierárquica, na qual os participantes são incentivados a atrair novos investidores, geralmente oferecem retornos financeiros altos e promessas de ganhos fáceis.

De acordo com Filipin e Souza (2022), a entrada de novos participantes no esquema se dá no pagamento de uma quantia inicial, podendo haver casos em que haja o pagamento de taxas de manutenção. O negócio cresce e gera lucros para os participantes através da venda de produtos para novas pessoas que também precisam se associar, como requisito para adquirir o produto. Esse ciclo continua enquanto houver uma demanda constante de novos recrutas.

A adoção estratégias de marketing enganosas são fundamentais para atrair os novos participantes. As pirâmides financeiras frequentemente se disfarçam como oportunidades de investimento legítimo, promovendo produtos ou serviços de fachada para justificar o fluxo de dinheiro.

No entanto, é importante ressaltar que a estrutura das pirâmides financeiras é insustentável a longo prazo. Eventualmente, o número de novos investidores tende a diminuir, e assim o volume de entrada de dinheiro cai e a capacidade de pagamento a investidores anteriores também diminui. Nesse ponto, a pirâmide desmorona, levando à perda financeira da maioria dos participantes.

Conforme Filipin e Souza (2022), ao longo da história esse tipo de golpe é praticado em diversos países. Um exemplo notório é o caso Charles Ponzi que ocorreu entre os anos de 1919 e 1920 nos Estados Unidos. Ponzi realizava vendas de cupons na cidade de Boston e prometia aos compradores pagar juros de 50% em 45 dias ou de 100% em 90 dias. No entanto, esses juros eram fictícios, ele pagava os compradores antigos com a entrada de novos participantes.

Com a fama do empreendimento acabou chamando a atenção da mídia e o jornal “Boston Post” publicou uma matéria em 1920 com uma descoberta, informou que para ter a capacidade de pagamento de juros nessa alta porcentagem seria necessário existir 160 milhões de cupons. Desse modo a notícia se espalhou e os compradores pediram reembolso de seus investimentos, como não havia dinheiro para todos o esquema implodiu e Charles Ponzi foi preso e condenado.

O estilo de empreendimento de Charles ficou conhecido por “Esquema Ponzi”, bastante similar ao esquema de pirâmide, mas difere em alguns pontos conforme a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) explica:

O esquema “Ponzi” também não oferece uma oportunidade real de investimento, mas se difere da pirâmide pois o “investidor” não precisa atrair novos investidores. A aparência de ser um investimento de verdade pode ser maior, pois os recursos são entregues a uma pessoa que promete restituir os valores com maior rentabilidade, mas os lucros são pagos com recursos novos, como na pirâmide. A diferença é que a “vítima” não precisa realizar esforços para atrair novos investidores (...)

Diante do impacto negativo das pirâmides financeiras e dos esquemas ponzi, várias medidas regulatórias foram integradas para combatê-las. As autoridades governamentais em todo o mundo têm fortalecido a fiscalização e criado leis mais rigorosas para coibir esses

esquemas. Além disso, as autoridades têm investido em campanhas de conscientização e educação financeira para alertar o público sobre os riscos envolvidos.

Segundo Abreu e Fontes (2019), o esquema piramidal tem como atrativo principal nos sentimentos humanos de ambição e ganância. A tentativa de melhorar as condições socioeconômicas e o desejo de obter lucros máximos em um curto espaço de tempo, com o esforço mínimo necessário. Mas devido à sua natureza fraudulenta, áreas com baixo investimento em educação financeira se tornam mais vulneráveis para esse tipo de golpe.

No Brasil, a principal lei que trata sobre pirâmides financeiras é a Lei nº 1.521/1951, A lei dos crimes contra a economia popular. No art 2º, inciso IX é observado que:

Art. 1º. Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes e as contravenções contra a economia popular, Esta Lei regulará o seu julgamento.

Art. 2º. São crimes desta natureza:

IX - Obter ou tentar obter ganhos ilícitos em detrimento do povo ou de número indeterminado de pessoas mediante especulações ou processos fraudulentos ("bola de neve", "cadeias", "pichardismo" e quaisquer outros equivalentes).

De acordo com a leitura da lei é evidente que as pirâmides financeiras são fraudulentas, pois dependem de investimentos contínuos de terceiros para realizar pagamentos imediatos, sem oferecer uma verdadeira possibilidade de lucro. Esses esquemas buscam convencer as pessoas de que é possível obter ganhos excessivos, rápidos e sem esforço, o que é claramente uma fraude, uma vez que todo negócio requer trabalho e esforço para alcançar seus objetivos.

No entanto, mesmo com essas ações, as pirâmides continuam a surgir em diferentes formas e em diferentes países. A rápida evolução da tecnologia e a disseminação de esquemas fraudulentos por meio da internet têm apresentado desafios adicionais no combate a essas práticas.

## 2.2 Características da empresa

Fundada em 2018 em Campina Grande, Paraíba, a empresa é especializada na gestão de ativos digitais, como criptomoedas, e tecnologia *blockchain*. Seu principal modelo de negócio consiste na locação de ativos digitais por meio de contratos, nos quais a empresa promete pagar retornos mensais aproximados de 8%.

Inicialmente, os contratos eram estabelecidos com investidores que transferiam seus ativos digitais para a empresa, a fim de que ela administrasse tais ativos ao longo de um ano. Durante esse período, a empresa mantinha a custódia dos ativos dos clientes, e os investidores recebiam mensalmente uma parcela dos lucros supostamente obtidos por meio das negociações com esses ativos digitais. A remuneração era variável e dependia do desempenho das operações da empresa durante esse período.

Com o crescimento dos negócios e da popularidade, a empresa expandiu suas atividades para diversas outras cidades, como João Pessoa, Recife, Fortaleza e São Paulo. Entretanto, a partir do início de 2023, a empresa começou a atrasar os pagamentos aos seus investidores, o que gerou controvérsias financeiras e denúncias por parte dos investidores. Além disso, a empresa passou a ser investigada pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB).

Entre as denúncias apresentadas pelo MPPB, destaca-se a infração à Lei nº 1.521, conhecida como a lei dos crimes contra a economia popular. Essa lei tipifica as práticas de pirâmides financeiras, que geralmente são enquadradas como ilícitas pela legislação brasileira. A investigação em andamento buscará esclarecer os eventos e determinar se a empresa está envolvida em alguma atividade ilegal ou prejudicial aos investidores.

### 2.3 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são um conjunto de relatórios financeiros que apresentam informações sobre a posição financeira, o desempenho e as mutações do patrimônio líquido de uma entidade em um determinado período. Elas desempenham um papel fundamental na comunicação das informações financeiras aos usuários, fornecendo uma visão clara e precisa sobre a saúde financeira de uma empresa (CPC 26).

Para Martins, Diniz e Miranda (2018) as demonstrações contábeis também têm o propósito de evidenciar os efeitos das ações da administração em relação aos seus deveres e obrigações na eficiente gestão dos recursos que lhe foram confiados. Com o intuito de cumprir esse objetivo, as demonstrações contábeis fornecem informações sobre os seguintes aspectos da entidade: ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, alterações de capital e fluxo de caixa.

Além das informações sobre os aspectos da entidade, o uso de notas explicativas auxilia os usuários das demonstrações contábeis a compreender situação financeira e patrimonial da entidade, interpretar o seu desempenho e antecipar os seus fluxos de caixa futuros, especialmente em relação ao momento e ao nível de confiabilidade da sua geração.

Segundo a Lei 11.638/07, art 176, nos itens de I a V, é estabelecido que ao final de cada exercício social, as empresas deverão elaborar e divulgar as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) caso a companhia for de sociedade aberta.

Para garantir uma escrituração contábil adequada, a ITG 2000 (R1) estabelece critérios e procedimentos para a escrituração contábil de todas as entidades, independentemente de sua natureza e porte. Ela exige que a escrituração seja realizada em conformidade com os Princípios de Contabilidade, observando formalidades específicas, como ordem cronológica, uso de documentos de origem, terminologia adequada e registros contábeis detalhados. A norma também aborda a escrituração de filiais, a documentação contábil, o uso de contas de compensação e a retificação de lançamentos, entre outras diretrizes.

Mesmo com o acesso as informações contábeis padronizadas e com o auxílio das notas explicativas, os usuários precisam compreender os dados apresentados e tomar decisões. Segundo Iudícibus (2009), é de relevância a análise das demonstrações contábeis para a tomada de decisões. Ele destaca que a interpretação correta dessas informações, permite avaliar a performance econômica e financeira da empresa, identificar pontos fortes e fracos, e embasar escolhas estratégicas e de investimento.

Para Matarazzo (2003), a análise de balanços permite ao analista examinar a documentação e obter uma compreensão sobre a visão estratégica e os planos da empresa. Isso possibilita fazer estimativas sobre seu futuro, identificar suas limitações e potencialidades, além de avaliar como certos eventos podem impactar sua situação financeira. Essa análise é fundamental para embasar decisões relacionadas à empresa, sendo um dos elementos-chave para a tomada de decisões.

Para esta pesquisa será utilizado os balanços patrimoniais dos indicadores financeiros, e fará análise dos anos de 2020 e 2021.

De acordo Martins, Diniz e Miranda (2018), o balanço patrimonial é uma das mais importantes demonstrações contábeis para tomada de decisão. A ponto principal do balanço no processo de análise das demonstrações é pelo fato que apresenta a situação financeira e patrimonial da empresa em determinado período.

Além disso, de acordo com Iudícibus (2009), a principal razão para calcular os indicadores financeiros é fornecer ao contador a oportunidade de comparar esses índices com padrões pré-definidos, analisar dados históricos e estabelecer um plano de ação que possa auxiliar na tomada de decisões futuras.

## 2.4 Análise Vertical e Horizontal

A análise vertical e a horizontal são técnicas utilizadas na contabilidade e na análise financeira para avaliar o desempenho e a saúde financeira de uma empresa. Ambas são ferramentas importantes na interpretação das demonstrações contábeis e na identificação de tendências e variações. (SILVA, 2013).

De acordo com Assaf Neto (2020), análise vertical e a horizontal é representada pelo processo de comparação. Portanto, ao comparar os valores entre si e em relação a períodos anteriores, é possível obter uma visão mais dinâmica e esclarecedora sobre a posição estática das demonstrações contábeis. Essa análise comparativa proporciona uma compreensão mais abrangente e reveladora da situação financeira da empresa, permitindo identificar mudanças, tendências e padrões ao longo do tempo.

### 2.4.1 Análise Vertical

Conforme Assaf Neto (2020), a análise vertical é uma técnica de comparação que envolve a porcentagem. Esta análise é utilizada para relacionar uma conta ou conjunto de contas com um valor de referência encontrado no mesmo demonstrativo contábil. Permite identificar a participação relativa de cada item contábil no ativo, passivo ou demonstração de resultados, bem como sua evolução ao longo do tempo.

$$\text{Análise Vertical} = \frac{\text{Conta do ativo ou passivo}}{\text{Ativo total ou Passivo total}} \times 100$$

Essa análise comparativa é particularmente útil para identificar mudanças ao longo do tempo e destacar variações significativas. Ao analisar a evolução percentual das contas em diferentes períodos, é possível observar tendências, identificar desvios e compreender a evolução da estrutura financeira da empresa.

### 2.4.2 Análise Horizontal

A análise horizontal é uma técnica que consiste em comparar os valores de uma mesma conta ao longo de diferentes períodos contábeis. Para Iudícibus (2009), esta análise busca apontar e analisar as variações nos valores das contas através dos períodos, permitindo assim uma avaliação do desempenho e caracterizar tendências da empresa.

De acordo com Assaf Neto (2020), a análise horizontal consiste na comparação realizada entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas ao longo de diferentes períodos contábeis. É basicamente um método de análise temporal que utiliza números-índices para esse fim.

A fórmula utilizada na análise horizontal é a seguinte:

$$\text{Análise Horizontal} = \frac{(\text{Valor atual} - \text{Valor base})}{\text{Valor Base}} \times 100$$

## 2.5 Índices de Liquidez

O índice de liquidez é um conjunto de indicadores financeiros utilizados na análise das demonstrações contábeis para avaliar a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações financeiras. Esses índices apresentam indicadores da capacidade de a empresa pagar as dívidas, a partir da comparação entre direitos realizáveis e as exigibilidades. (SILVA, 1996).

No que diz respeito a análise de liquidez Marion (2019) fala sobre:

São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada, considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Quanto mais elevados forem os indicadores de liquidez, maior será a capacidade potencial de cumprir as obrigações. Se o índice de liquidez for igual ou superior a 1,00, isso significa que a empresa é economicamente saudável e que possui boa capacidade de quitar suas dívidas. Já o índice inferior a 1, a empresa indica que a empresa pode enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações de curto prazo.

Os indicadores são divididos em: Liquidez Geral, Corrente, Seca e Imediata.

### 2.5.1 Índice de Liquidez Geral

De acordo com Diniz, Martins e Miranda (2018), o índice de liquidez geral é uma medida financeira utilizada na análise das demonstrações contábeis para avaliar a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo. Esse índice é uma importante ferramenta para avaliar a liquidez e a solvência de uma empresa, ele fornece uma medida do grau de cobertura dos passivos totais pelos ativos totais da empresa.

Quanto maior o índice, maior a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas sem enfrentar dificuldades financeiras. Por outro lado, um índice baixo pode indicar uma maior dependência de recursos externos para cumprir as obrigações financeiras.

O índice de Liquidez Geral é estabelecido pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

### 2.5.2 Índice de Liquidez Corrente

O índice de liquidez corrente é um indicador financeiro que avalia a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo. Ele fornece informações sobre a solvência imediata da empresa e auxilia na avaliação do risco financeiro. Esse índice compara os ativos circulantes, que são os recursos de curto prazo disponíveis para a empresa, com os passivos circulantes, que são as obrigações de curto prazo que a empresa deve liquidar.

Para Diniz, Martins e Miranda (2018) quando o índice liquidez for corrente for superior a 1 indica que a empresa possui ativos circulantes suficientes para cobrir seus passivos circulantes, o que é considerado uma posição favorável. Isso significa que a empresa tem uma reserva de ativos líquidos que pode ser utilizada para cumprir suas obrigações de curto prazo.

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

### 2.5.3 Índice de Liquidez Seca

O índice de liquidez seca é utilizado para avaliar a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo. Ele mede a capacidade da empresa de honrar suas dívidas retirando os estoques, que são considerados menos líquidos.

A fórmula do índice de liquidez seca é a seguinte:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{(\text{Ativos Circulantes} - \text{Estoques})}{\text{Passivos Circulantes}}$$

Esse índice é uma medida mais rigorosa de liquidez em comparação ao índice de liquidez corrente, pois exclui os estoques dos ativos circulantes. Os estoques são considerados menos líquidos, já que podem levar tempo para serem convertidos em dinheiro. O índice de liquidez seca mostra a capacidade da empresa de liquidar suas obrigações de curto prazo sem contar com a venda de estoques.

### 2.5.4 Índice de Liquidez Imediata

Para Marion (2019) o índice de liquidez imediata indica o quando a empresa disponível para liquidar as obrigações financeiras de curto prazo. Portanto, os recursos líquidos e de rendimento disponíveis são usados no pagamento de dívidas de curto prazo. Os passivos circulantes, por sua vez, são obrigações financeiras que a empresa precisa cumprir no curto prazo.

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

## 3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa e utiliza a análise documental como principal método de coleta de dados. A empresa selecionada como objeto de estudo é uma empresa acusada de operar um esquema de pirâmide financeira sediada na Paraíba. Serão analisadas as demonstrações contábeis dos anos de 2020 e 2021 disponíveis no próprio site da empresa, incluindo o balanço patrimonial e os indicadores liquidez: Geral, Corrente, Seca e Imediata.

### 3.1 Tipologia da Pesquisa

#### 3.1.1 Quanto aos Objetivos

Quanto aos objetivos, essa pesquisa é classificada como descritiva. Para Gil (2008), a pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa científica que tem como objetivo principal descrever as características de determinada população, fenômeno ou evento. Ela busca expor informações detalhadas e precisas sobre as características, propriedades e relações entre variáveis de um objeto de estudo específico.

Os resultados da pesquisa descritiva são apresentados de forma narrativa, estatística ou gráfica, utilizando-se de recursos visuais para melhor compreensão das informações. Esses resultados podem ser utilizados para descrever o estado atual de um fenômeno, identificar padrões, tendências, características comuns ou diferenças entre grupos, variáveis ou situações.

### **3.1.2 Quanto aos procedimentos**

Em relação aos procedimentos adotados, a pesquisa é classificada como uma pesquisa documental. A pesquisa documental é uma modalidade de pesquisa que utiliza fontes de dados primárias, como documentos, registros e informações existentes, para realizar análises e investigações.

Segundo Gil (2008), a pesquisa documental segue etapas semelhantes às da pesquisa bibliográfica, mas com a consideração de que o primeiro passo consiste na exploração de uma ampla gama de fontes documentais. Essas fontes podem ser divididas em documentos de primeira mão, que não receberam tratamento analítico prévio, como documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, fotografias, gravações, entre outros. Já os documentos de segunda mão, são aqueles que foram analisados de alguma forma, como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros.

O pesquisador deve buscar, selecionar e analisar cuidadosamente essas fontes documentais para obter informações relevantes e confiáveis para a pesquisa documental, que abrange tanto os materiais originais quanto aqueles que foram compilados, interpretados ou analisados por outros pesquisadores ou especialistas.

### **3.1.3 Quanto à abordagem**

No que diz respeito à maneira como o problema é abordado, esta pesquisa pode ser caracterizada como uma abordagem quantitativa e qualitativa. Essa metodologia busca tanto a coleta e análise de dados de natureza quantitativa, visando calcular e quantificar informações, quanto a análise crítica de dados qualitativos, com o objetivo de compreender e interpretar de forma mais profunda as informações coletadas.

Segundo Collado, Lucio e Sampieri (2013), a pesquisa quantitativa se fundamenta na coleta de dados com o objetivo de testar hipóteses, utilizando medições numéricas e análise estatística para identificar padrões e corroborar teorias. Nesse tipo de pesquisa, os dados são coletados de forma sistemática e precisam ser quantificáveis, permitindo a aplicação de técnicas estatísticas para interpretar os resultados.

Essa pesquisa possui uma abordagem qualitativa devido à sua ênfase na compreensão e descrição detalhada de métodos práticos em um determinado período. Além disso, adota uma abordagem quantitativa ao traduzir as informações coletadas em resultados mensuráveis por meio do uso de instrumentos estatísticos para classificação e análise.

### **3.1.4 Coleta de dados**

A coleta dos dados foi extraída das Demonstrativos Contábeis da empresa paraibana, mais precisamente do Balanço Patrimonial e dos índices de liquidez. A coleta foi realizada entre o período de fevereiro e março de 2023. Esses demonstrativos estão disponíveis no site da empresa e foram analisados no período de 2020 e 2021. Até o final desta pesquisa as demonstrações referentes ao ano de 2022 não foram disponibilizadas para o público.

### **3.1.5 Quanto a forma de análise de dados**

A análise dos dados foi feita nas seguintes etapas:

1. Coleta dos dados das demonstrações contábeis;
2. Padronização das demonstrações para análise;
3. Análise Vertical, Horizontal e cálculos dos índices de liquidez do ano de 2021 com o objetivo de analisar os índices apresentados pela a empresa;
4. Montagem de quadros e gráficos com o auxílio do software Microsoft Excel.

## 4 ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Verificação da conta Ativo Digitais no Balanço Patrimonial

Ao analisar as contas do balanço patrimonial, especificamente as contas do Ativo Circulante, é possível notar a existência do subgrupo “Disponível”. Neste subgrupo contém as seguintes contas: Caixa, Banco Conta Movimento, Aplicações Financeiras Liquidez Imediata e, por último, Ativos Digitais. Totalizando assim o valor de R\$ 25.553.176,00

Segundo o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) que define a base para a apresentação das demonstrações contábeis, no o item 54 do CPC o subgrupo “Disponível” não é descrito como uma conta ou informação que deve ser apresentada no Balanço Patrimonial, mas sim a conta “Caixa e equivalente de caixa”.

Para o CPC 03 (R2), a conta caixa representa o montante de dinheiro em espécie mantido pela entidade, bem como os depósitos bancários imediatamente disponíveis para uso na liquidação de pagamentos. Já os equivalentes de caixa são definidos como investimentos de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Nesse contexto, a classificação da conta Ativos Digitais (criptomoedas) em Caixa e Equivalente de Caixa não está de acordo com as características do CPC 03 (R2). O ativo digital, como as criptomoedas, não é considerado caixa porque não se enquadra na sua definição contábil. O caixa é geralmente definido como dinheiro em espécie, notas bancárias e depósitos bancários imediatamente disponíveis para uso na liquidação de pagamentos.

As criptomoedas são ativos digitais descentralizados que existem em redes *blockchain* e não possuem forma física. Elas são baseadas em tecnologia digital e são normalmente armazenadas em carteiras digitais ou em *exchanges* especializadas. As criptomoedas não são emitidas por uma autoridade monetária centralizada, como um governo ou banco central.

Esses ativos também não são classificados como equivalentes de caixa. Embora as criptomoedas possam ter alguma liquidez, sua volatilidade e a falta de uma autoridade centralizada para garantir a conversibilidade imediata em dinheiro tornam-nas inadequadas para a classificação como equivalentes de caixa.

Segundo Costa e Motoshima (2022), ainda não existe normas internacionais de contabilidade para tratar a contabilização dos ativos digitais como as criptomoedas. Os autores concluíram que esses ativos devem ser contabilizados como estoque, caso seja adquirido para revenda e intangíveis, nos demais casos.

### 4.2 Contas de Compensação

Ao verificar as demonstrações contábeis da empresa, é possível notar a empresa do grupo de contas de compensação que no ano de 2021 apresentou um valor de R\$169.366.010,00 na conta de Locação de Criptoativos. A contabilidade de locação de ativos digitais (criptoativos) envolve considerações específicas que devem ser adequadamente tratadas. Um aspecto

importante é o uso correto da conta de compensação e a contabilização adequada dos contratos de locação.

A conta de compensação é um sistema separado de controle e registro de eventos relevantes que podem resultar em direitos e obrigações futuras, impactando o patrimônio da entidade. No entanto, seu uso não é obrigatório, a menos que determinado por órgão regulador. Caso a empresa opte por não utilizar a conta de compensação, é essencial garantir a existência de mecanismos alternativos para acumular as informações que normalmente seriam controladas por essa conta.

No caso específico da locação de ativos digitais, é recomendado registrar os contratos de locação no balanço patrimonial, conforme previsto nas normas contábeis, como o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil. Esse pronunciamento contábil estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil, tanto para arrendatários quanto para arrendadores. Ele busca fornecer informações relevantes e confiáveis sobre as operações de arrendamento, permitindo uma compreensão adequada dos direitos e obrigações das partes envolvidas.

A empresa que registrou incorretamente a contabilização do contrato de locação, utilizando a conta de compensação em vez de reconhecer os ativos e passivos relacionados ao arrendamento no balanço patrimonial, pode estar em desacordo com as práticas contábeis adequadas. Isso pode impactar a apresentação adequada das demonstrações financeiras e a transparência das informações contábeis.

Vale ressaltar que a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), que define as práticas contábeis para as sociedades por ações no Brasil, não menciona especificamente as contas de compensação ou a obrigatoriedade de seu uso. No entanto, o Decreto-Lei nº 2.627/40, que estabelecia as regras contábeis antes da Lei das Sociedades por Ações, exigia o uso e a publicação das contas de compensação.

Portanto, para garantir a conformidade com as normas contábeis e regulatórias, bem como a adequada apresentação das informações contábeis, é essencial que a empresa revise sua contabilização, reconhecendo os ativos e passivos relacionados aos contratos de locação no balanço patrimonial, conforme previsto no CPC 06 (R2). Isso permitirá uma contabilização adequada dos ativos digitais locados e a transparência necessária nas demonstrações financeiras.

### 4.3 Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial

Foram efetuadas análises verticais no Balanço Patrimonial da empresa, com o propósito de apresentar as proporções relativas de cada conta em relação ao total de ativos, passivos e seus respectivos grupos. Na análise horizontal realizada tem como objetivo examinar a evolução do balanço patrimonial no ano de 2021, tendo como referência o ano de 2020, conforme evidenciado o quadro a seguir:

**QUADRO 01 - Análise Vertical e Horizontal do Balanço Patrimonial**

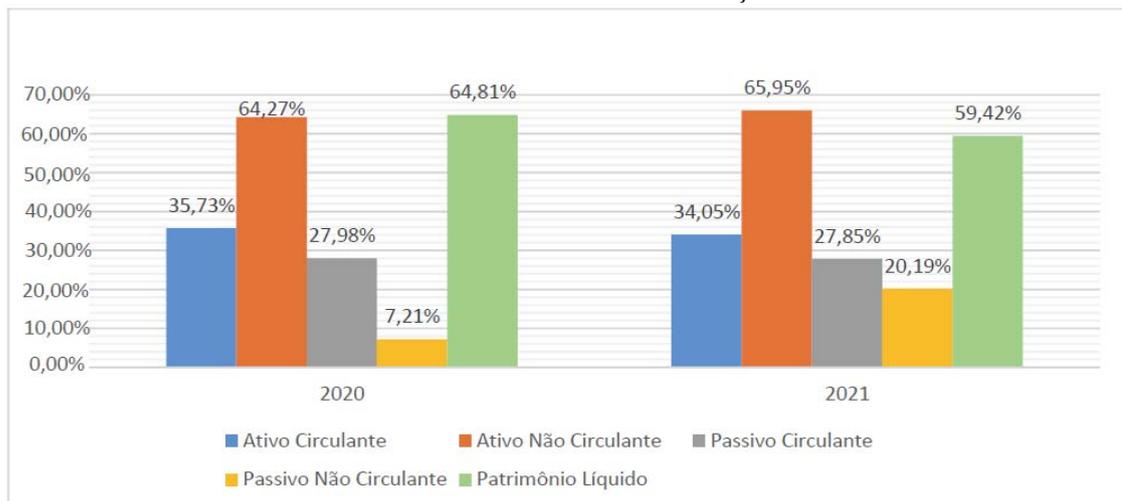
CONTAS	2020			2021		
	31/12/2020	A.V	A.H	31/12/2021	A.V	A.H
<b>ATIVO</b>						
<b>Ativo Circulante</b>	<b>14.140.125</b>	<b>35,73%</b>	<b>100%</b>	<b>26.201.140</b>	<b>34,05%</b>	<b>85,30%</b>
<b>Disponível</b>	<b>13.889.288</b>	<b>35,10%</b>	<b>100%</b>	<b>25.553.174</b>	<b>33,21%</b>	<b>83,98%</b>
Caixa	21.031	0,05%	100%	217.013	0,28%	931,87%
Bancos C/ movimento	12.335	0,03%	100%	21.934	0,03%	77,82%

Bancos C/ movimento - filial	862	0,00%	100%	0	0,00%	-100,00%
Aplicações financeiras	263.068	0,66%	100%	163.287	0,21%	-37,93%
Ativos Digitais	13.591.992	34,35%	100%	25.150.940	32,69%	85,04%
<b>Outros Créditos</b>	<b>250.837</b>	<b>0,63%</b>	<b>100%</b>	<b>647.966</b>	<b>0,84%</b>	<b>158,32%</b>
Adiantamento a fornecedores	80.000	0,20%	100%	41.920	0,05%	-47,60%
Cauções	60.000	0,15%	100%	389.252	0,51%	548,75%
Tributos a recuperar	1.406	0,00%	100%	1.406	0,00%	0,00%
Credito a pessoas ligadas	109.430	0,28%	100%	215.388	0,28%	96,83%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>25.432.269</b>	<b>64,27%</b>	<b>100%</b>	<b>50.741.854</b>	<b>65,95%</b>	<b>99,52%</b>
<b>Investimentos</b>	<b>24.905.734</b>	<b>62,94%</b>	<b>100%</b>	<b>44.992.097</b>	<b>58,47%</b>	<b>80,65%</b>
Investimentos em coligadas	24.905.734	62,94%	100%	44.992.097	58,47%	80,65%
<b>Imobilizado</b>	<b>526.109</b>	<b>1,33%</b>	<b>100%</b>	<b>5.685.331</b>	<b>7,39%</b>	<b>980,64%</b>
Aeronaves	0	0,00%	100%	4.510.186	5,86%	100,00%
Móveis e Utensílios	474.707	1,20%	100%	1.136.310	1,48%	139,37%
Máquinas, equipamentos e ferramentas	2.650	0,01%	100%	2.650	0,00%	0,00%
Computadores e equip. de informática e comunicação	85.562	0,22%	100%	706.461	0,92%	725,67%
(-) Depreciações, amort. e exaus. acumuladas	36.811	0,09%	100%	670.276	0,87%	1720,86%
<b>Intangível</b>	<b>426</b>	<b>0,00%</b>	<b>100%</b>	<b>64.426</b>	<b>0,08%</b>	<b>15023,47%</b>
Softwares	0	0,00%	100%	64.000	0,08%	100,00%
Marcas e Patentes	426	0,00%	100%	426	0,00%	0,00%
<b>TOTAIS</b>	<b>39.572.394</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>76.942.994</b>	<b>100%</b>	<b>94,44%</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>Passivo Circulante</b>	<b>11.071.305</b>	<b>27,98%</b>	<b>100%</b>	<b>13.460.197</b>	<b>17,49%</b>	<b>21,58%</b>
Fornecedores	186.670	0,47%	100%	1.363.957	1,55%	630,68%
<b>Obrigações Tributárias</b>	<b>3.355.252</b>	<b>8,48%</b>	<b>100%</b>	<b>10.768.469</b>	<b>14,00%</b>	<b>220,94%</b>
Impostos e contribuições a recolher	3.355.252	8,48%	100%	10.768.469	14,00%	220,94%
<b>Obrigações Trabalhista e Previdenciária</b>	<b>108.819</b>	<b>0,27%</b>	<b>100%</b>	<b>270.966</b>	<b>0,35%</b>	<b>149%</b>
Obrigações com pessoal	53.858	0,14%	100%	162.732	0,21%	202%
Obrigações sociais	54.961	0,14%	100%	108.234	0,14%	97%
<b>Outras Obrigações</b>	<b>1.258.593</b>	<b>3,18%</b>	<b>100%</b>	<b>1.056.805</b>	<b>1,37%</b>	<b>-16,03%</b>
Cartão de credito a pagar	120	0,00%	100%	0	0,00%	-100,00%

Contratos de Ativo Digitais a pagar	674.288	1,70%	100%	0	0,00%	-100,00%
Contas a pagar	2.235	0,01%	100%	298.676	0,39%	13263,58%
Adiantamento de clientes	99.418	0,25%	100%	0	0,00%	-100,00%
Créditos de pessoas ligadas	482.532	1,22%	100%	758.129	0,99%	57,11%
<b>Dividendos, Part. E Juros sobre o Capital</b>	<b>6.161.971</b>	<b>15,57%</b>	<b>100%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>-100%</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.852.590</b>	<b>7,21%</b>	<b>100%</b>	<b>17.759.457</b>	<b>23,08%</b>	<b>522,57%</b>
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	<b>2.852.590</b>	<b>7,21%</b>	<b>100%</b>	<b>17.759.457</b>	<b>23,08%</b>	<b>522,57%</b>
Obrigações sociais	84.075	0,21%	100%	69.833	0,09%	-16,94%
Dividendos, Part. E Juro sobre o Capital	0	0,00%	100%	11.377.916	14,79%	100,00%
Obrigações Tributárias	2.768.515	7,00%	100%	6.311.707	8,20%	127,98%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>25.648.495</b>	<b>64,81%</b>	<b>100%</b>	<b>45.723.339</b>	<b>59,42%</b>	<b>78,27%</b>
Capital Social	25.305.600	63,95%	100%	45.100.000	58,61%	78,22%
Reservas de Lucros	342.895	0,87%	100%	623.339	0,81%	81,79%
<b>TOTAIS</b>	<b>39.572.390</b>	<b>100,00%</b>	<b>100%</b>	<b>76.942.994</b>	<b>100,00%</b>	<b>94,44%</b>

FONTE: Elaborado pelo autor, 2023.

GRÁFICO 01 - Análise Vertical do Balanço Patrimonial



FONTE: Elaborado pelo autor, 2023.

Ao analisar verticalmente o balanço patrimonial da empresa, conforme apresentado no gráfico 01, observa-se que o ativo circulante representava 35,73% do total do ativo em 2020. No ano seguinte, em 2021, o ativo circulante manteve uma proporção praticamente equivalente, correspondendo a 34,05% do total do ativo. Essa similaridade nas proporções ao longo dos dois anos pode indicar alguns cenários.

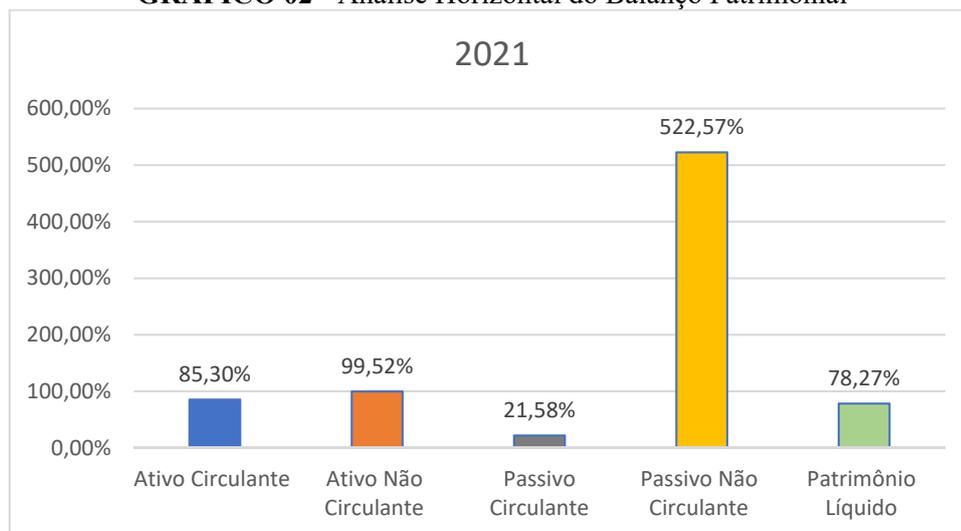
Uma possibilidade é que o ativo circulante, especialmente o Disponível (ou Caixa e equivalente de Caixa), reflita desafios de liquidez, sugerindo que a empresa esteja enfrentando

dificuldades para gerar receitas suficientes ou lidar com pagamentos de curto prazo. Essa situação pode apontar para uma escassez de capital de giro disponível. Por outro lado, essa proporção estável pode indicar que a empresa esteja direcionando seus recursos financeiros para investimentos em outras áreas, como expansão do negócio ou distribuição de dividendos aos acionistas.

Já o ativo não circulante nos anos de 2020 e 2021 é o grupo de maior representatividade em relação ao total do ativo com 64,27% e 65,95%, respectivamente. Boa parte desse percentual é formado pelo subgrupo Investimentos com 62,94% em 2020 e 58,47% no ano seguinte. Neste subgrupo de Investimentos existe apenas a conta de Investimentos em Coligadas. Possivelmente a empresa possui investimentos em outra companhia por meio de acordos ou parcerias estratégicas, mas como as demonstrações contábeis não possuem Notas Explicativas não é possível obter mais informações sobre essa conta.

Em relação ao passivo da empresa durante o período os dois anos o grupo de maior representatividade é o patrimônio líquido com 64,81% no ano de 2020, apresentando algumas variações no ano seguinte e atingindo uma porcentagem de 59,42% em 2021. Já a conta de Dividendos, Part. e Juros sobre o Capital é a segunda porcentagem mais elevada na representatividade, com 15,57%. Novamente, com a falta de notas explicativas não é possível detalhar e descrever essa porcentagem.

**GRÁFICO 02 - Análise Horizontal do Balanço Patrimonial**



**FONTE:** Elaborado pelo autor, 2023.

Ao realizar a análise horizontal do balanço patrimonial da empresa utilizando o gráfico 02 e a tabela 01, é possível observar um aumento notável em todos os grupos da demonstração contábil. O ativo circulante registrou um crescimento de 85,30% em comparação a 2020, destacando-se o subgrupo Disponível (ou Caixa e equivalente de Caixa), que apresentou um crescimento de 931,87%. Embora esse crescimento represente um aumento significativo de nove vezes em relação ao ano anterior, quando consideramos o valor total do grupo, sua relevância não é tão expressiva.

Já ativo não circulante apresentou um aumento expressivo de 95,52% em relação ao período anterior. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo subgrupo de Investimentos, no qual se destaca a conta de Investimento em Coligadas, que registrou um aumento significativo de 80,65% ou o equivalente a R\$ 20.086.363,00. No entanto, é

importante destacar que esse aumento expressivo não foi devidamente informado nas Notas Explicativas.

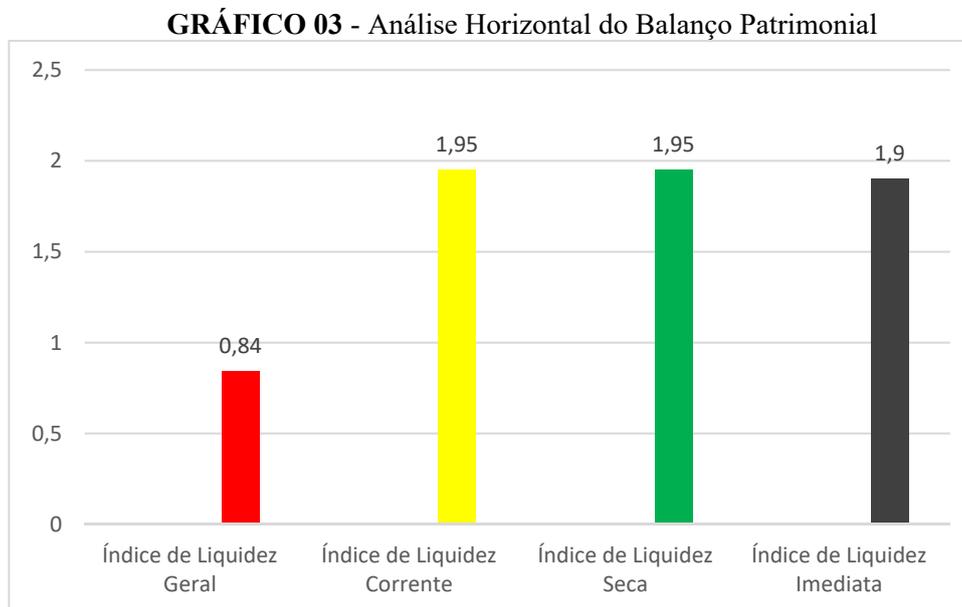
Durante a análise do passivo circulante da empresa, constatou-se um aumento de 21,58%. Grande parte desse aumento foi atribuído às obrigações com fornecedores, que apresentaram um crescimento de 220,94%. Além disso, chamou bastante atenção a redução de 100% no valor das Contas a Pagar do subgrupo de Outras Obrigações ao longo de 2021.

No entanto, essa diminuição drástica levanta questionamentos, uma vez que a empresa possui uma taxa de locação de ativos digitais de 8% a ser paga. Esperava-se que essa conta não estivesse zerada, pois no mês seguinte (janeiro de 2022), haveria a obrigação de pagar o aluguel aos clientes. Uma possível explicação para a ausência desse registro seria o pagamento adiantado, embora tal informação não seja fornecida no balanço patrimonial.

Foi observado um aumento de 522,57% no Passivo Não Circulante. Esse crescimento pode ser atribuído à transferência de saldo da conta Dividendos, Part. E Juros sobre o Capital do passivo circulante para o passivo não circulante. Essa mudança contábil contribuiu significativamente para o aumento registrado nesse grupo. Já o Patrimônio líquido ocorreu um crescimento de 78,27% devido a conta de capital social.

#### 4.4 Índices de Liquidez

Os índices de liquidez são indicadores que avaliam a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações financeiras, sendo desejável que sejam mais elevados. Com o objetivo de analisar indicadores, foi elaborado um gráfico (gráfico 3) que visa apresentar de maneira visual e dinâmica os resultados obtidos. O gráfico exibe de forma clara os valores de cada índice no 2021, proporcionando uma análise mais fácil e compreensível.



**FONTE:** Elaborado pelo autor, 2023.

##### 4.4.1 Índice de Liquidez Geral

Segundo o gráfico 03 é possível notar o índice de liquidez geral é de 0,84, indica que a empresa pode ter dificuldades para cumprir suas obrigações de curto e longo prazo com base

em seus ativos disponíveis. Nesse caso, o valor é inferior a 1, o que sugere que a empresa pode enfrentar desafios de liquidez e pode não ter recursos suficientes para cobrir totalmente suas dívidas.

#### **4.4.1 Índice de Liquidez Corrente**

A análise dos índices de liquidez corrente apresentado e calculado pela própria empresa, é apresentado um índice de 1,95, indicando que seus ativos circulantes são cerca de 1,95 vezes superiores às suas obrigações de curto prazo. Esse resultado é considerado positivo e indica que a empresa está em uma posição favorável para cumprir suas dívidas de curto prazo. Essa capacidade de pagamento sugere uma saúde financeira sólida e confiável.

Ao revisar as classificações das contas no ativo circulante e considerar a realocação da conta de ativos digitais para o ativo não circulante, ocorre uma redução no saldo final do ativo circulante, chegando a um valor de R\$ 1.050.203,00. Essa reclassificação tem um impacto direto no cálculo do índice de liquidez, resultando em um índice de 0,08.

Essa nova medida do índice de liquidez, de 0,08, indica que a empresa enfrenta dificuldades significativas em cumprir suas obrigações de curto prazo. Com um índice abaixo de 1, sugere-se que a empresa não possui recursos suficientes em ativos circulantes para honrar suas dívidas imediatas. Essa situação pode indicar um desafio de liquidez e a necessidade de uma gestão cuidadosa das finanças para garantir o cumprimento de suas obrigações financeiras.

#### **4.4.3 Índice de Liquidez Seca**

O Índice de Liquidez Seca é um indicador financeiro que avalia a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações de curto prazo utilizando seus ativos circulantes, excluindo-se os estoques. Mas como a empresa não apresenta estoques em seu balanço patrimonial a forma de calcular o índice de liquidez seca será bastante similar ao de Liquidez Corrente, obtendo os mesmos resultados.

#### **4.4.4 Índice de Liquidez Imediata**

Ao analisar o índice de liquidez imediata de 1,9 apresentado nas demonstrações contábeis da empresa, indica que as disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) que representam cerca de 1,9 vezes suas obrigações de curto prazo. Esse valor sugere uma boa capacidade de pagamento imediato de suas dívidas.

No entanto, ao levar em consideração que a conta de Ativos Digitais não é classificada como disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa), o cálculo do índice de liquidez imediata resultará em um valor diferente. Isso ocorre porque, com a exclusão dos ativos digitais do grupo de disponibilidades, o subgrupo é reduzido em seu valor, chegando a apenas R\$ 402.236,00. Conseqüentemente, o índice de liquidez imediata é afetado, apresentando um resultado de 0,03.

Essa mudança na classificação e conseqüente redução do índice de liquidez imediata indica que a empresa possui uma capacidade de pagamento imediato muito baixa em relação às suas obrigações de curto prazo. Com um índice abaixo de 1, sugere-se que a empresa pode enfrentar dificuldades financeiras para honrar suas dívidas de curto prazo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise das demonstrações contábeis dos anos de 2020 e 2021 da empresa em estudo, diversas conclusões podem ser tiradas sobre sua situação financeira. Primeiramente, a similaridade nas proporções do ativo circulante ao longo dos anos levanta a possibilidade de

desafios de liquidez e uma potencial escassez de capital de giro disponível. Essa constância nas proporções pode indicar que a empresa está enfrentando dificuldades para gerar receitas suficientes ou lidar com pagamentos de curto prazo. No entanto, também é possível considerar que a empresa esteja direcionando seus recursos financeiros para investimentos em outras áreas, como expansão do negócio ou distribuição de dividendos aos acionistas.

Uma análise mais aprofundada revela que o ativo não circulante é o grupo de maior representatividade em relação ao total do ativo. Especificamente, o subgrupo de Investimentos possui um peso significativo, com a conta de Investimento em Coligadas desempenhando um papel importante. No entanto, a falta de notas explicativas nas demonstrações contábeis impede uma compreensão mais detalhada dessas transações e investimentos. Não é possível obter informações adicionais sobre a natureza dos investimentos em coligadas ou sobre os dividendos e obrigações relacionadas a eles visto que a empresa a ausência das notas explicativas.

No momento em que verifica o passivo da empresa, nota-se que o patrimônio líquido é o grupo de maior representatividade, o que sugere uma estrutura de financiamento mais sólida. Contudo, algumas variações foram observadas, indicando possíveis mudanças na composição do patrimônio líquido ao longo dos anos. A conta de Dividendos, Part. e Juros sobre o Capital também é significativa em termos de representatividade.

Ao abordar os índices de liquidez, é destacado que o índice de liquidez geral revela uma proporção abaixo de 1, o que pode indicar desafios de liquidez para a empresa. Isso significa que a empresa pode enfrentar dificuldades em cumprir suas obrigações tanto de curto prazo quanto de longo prazo com base em seus ativos disponíveis. Por outro lado, o índice de liquidez corrente inicialmente indica uma posição favorável, mostrando que os ativos circulantes são cerca de 1,95 vezes maiores do que as obrigações de curto prazo. No entanto, quando a reclassificação dos ativos digitais é considerada, resulta em um índice extremamente baixo, apontando para desafios significativos de pagamento imediato.

A análise do índice de liquidez seca é semelhante ao de liquidez corrente, já que a empresa não apresenta estoques em seu balanço patrimonial. Já o índice de liquidez imediata inicialmente indica uma capacidade satisfatória de pagamento imediato das dívidas de curto prazo. No entanto, a exclusão dos ativos digitais como parte das disponibilidades resulta em uma capacidade de pagamento imediato muito baixa em relação às obrigações de curto prazo.

Portanto, a importância desse tema reside na necessidade de informações contábeis confiáveis e transparentes, que auxiliem na avaliação e no monitoramento da saúde financeira da empresa, bem como na tomada de decisões, ou seja, se é seguro ou não realizar o contrato de locação com a empresa. A transparência financeira é um pilar fundamental para a confiança nos mercados financeiros e para o crescimento econômico sustentável.

Contudo, essa pesquisa ficou limitada a analisar o balanço patrimonial e os índices de liquidez. Como sugestão para estudos futuros, é importante realizar análises adicionais relacionadas a outros índices financeiros e em outras demonstrações contábeis, além de investigar a estrutura gerencial da empresa citada durante os anos de 2020 e 2021. Essas análises podem incluir uma comparação da saúde financeira da empresa em relação a outras empresas do mesmo segmento.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Carlos Adalberto Ferreira; FONTES, Jean de Andrade. **A Obrigatoriedade da Comprovação do Dolo como Condição Para a Sanção Penal no Crime de Pirâmide Financeira**. Anais do III CPCRM – III Congresso de pesquisa em Ciências Criminais, São Paulo, P. 196. Disponível em: <<https://ibccrim.org.br/publicacoes/visualizar-pdf/90/3>>. Acesso em 30 de mar de 2023.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: Um enfoque econômico-financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. **Ofertas / Atuações irregulares**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/protecao/alertas/ofertas-atuacoes-irregulares>>. Acesso em 21 de mar. de 2023.

BRASIL. **Lei 1.251/51** - Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/11521.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11521.htm)>. Acesso em 29 de mar. de 2023.

BRASIL. **Lei 11.638** - Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm)>. Acesso em 10 de abr. de 2023.

CÉSAR, Ricardo Augusto Amorim; DE PINHO, Thais Leite Garcia. **Pirâmides Financeiras**. MPMG jurídico: Revista do Ministério Público de Minas Gerais, Belo Horizonte, julho de 2014. Disponível em <[https://www.mpmg.mp.br/data/files/0D/83/2C/AD/E744A7109CEB34A7760849A8/MPMG\\_Juridico\\_Consumidor.pdf](https://www.mpmg.mp.br/data/files/0D/83/2C/AD/E744A7109CEB34A7760849A8/MPMG_Juridico_Consumidor.pdf)>. Acesso em 29 de mar. 2023.

COSTA, Jorge Andrade; MOTOSHIMA, Renato Hirata. **Reconhecimento Contábil dos Bitcoins**. 19º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo, 27 a 29 de julho 2022. Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3704.pdf>>. Acesso em 01 mai. de 2023.

COLLADO, Carlos Fernandez; SAMPIERI, Roberto Hernandez; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5ª. Ed. São Paulo: Pensa. 2013

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Interpretação Técnica Geral – ITG 2000 (R1) Escrituração Contábil**. Disponível em: <[https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000(R1).pdf)>. Acesso em 12 de abr. de 2023.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS- CPC. **CPC-03 (R2): Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183\\_CPC\\_03\\_R2\\_rev%2014.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/183_CPC_03_R2_rev%2014.pdf)>. Acesso em 29 de abr. de 2023.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTABEIS- CPC. **CPC-26: Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>> Acesso em 15 de abr. de 2023.

FILIPIN, Juliana Candido; SOUSA, Regina Maria. **Aplicação da Teoria da Cegueira Deliberada em Esquema de Pirâmides Financeiras**. Anais do Seminário de Pesquisa e Extensão do Curso de Direito do UNIFUNEC – SEMPEX, Santa Fé do Sul, v. 4, n. 4 – 21, dezembro, 2022. Disponível em:

<<https://seer.unifunec.edu.br/index.php/sempe/article/view/5913>>. Acesso em 20 de mar, de 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª.Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10ª. Ed. São Paulo: Pearson, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**. 9ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**. 8ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**.12ª. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**.3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1996.